

A ação da tesoura sobrou para o salário do funcionalismo

Governo alega crise para cortar direito à reajuste dos servidores

Como sempre, a tesoura dos cortes no orçamento parece só ser afiada para retirar pedaços dos direitos dos servidores. Em audiência com diretores do SINAI, a equipe do Governo avisou que não pretende corrigir a defasagem salarial que violenta o contracheque do funcionalismo em mais de 35%. A desculpa para o corte nos direitos é a crise financeira do estado.

O Sindicato apresentou ao governo dez itens que compõem a pauta geral da Campanha Salarial 2015 dos trabalhadores, entre eles a institucionalização da data-base, reposição de perdas salariais, cumprimento integral dos planos de carreiras aprovados em 2010 e a abertura de concursos públicos. Entretanto, o governo alegou queda nas receitas e apresentou um débito de cerca de 600 milhões, segundo eles deixado pela gestão Rosalba.

Para a direção do SINAI-RN, os trabalhadores não podem ser responsabilizados pela situação de crise financeira do estado alegada pelo atual governo. "Esta situação foi criada pelos governos passados e isso é resultado de pelo menos 20 anos de gestões desastrosas", enfatiza o secretário geral, Santino Arruda.

"Não podemos pagar essa conta. Queremos o que nos é devido", afirma. A pedido do SINAI, o governo ficou de marcar uma nova audiência para o mês de junho. Independente disso, o Sindicato já está cuidando de agendar assembleias com todas as categorias de sua base para juntos decidirem os rumos da campanha salarial do ano.

Veja nesta edição:

DISSÍDIOS

Governo se nega a negociar as perdas salariais do ano dos trabalhadores da DATANORTE, EMPARN e CEASA

AÇÃO

SINAI ajuizará ação pedindo avaliação de desempenho dos servidores do IPERN

SEMINÁRIO

SINAI RN participa do Seminário Nacional de Serviço Público da Intersindical

Prestação de contas**SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA DO RN - SINAI****DEMONSTRATIVO FINANCEIRO**

Receitas e despesas mês Fevereiro de 2015

RECEITAS		Valor
	Mensalidade Sindical	R\$ 68.583,71
	Hon. proc. RT 256/2008-0001	R\$ 212.284,08
	Perícia Contábil RT 256/2008-0001	R\$ 38.270,00
	TOTAL	R\$ 280.867,79
DESPESAS		Valor
01	ASSESSORIA JURÍDICA	R\$ 8.732,54
02	ASSESSORIA DE IMPRENSA	R\$ 2.373,15
03	ASSESSORIA CONTÁBIL + DIFERENÇA DE REAJUSTE	R\$ 1.986,00
04	FOLHA DE PESSOAL + FÉRIAS + ADIANT. 13º SALÁRIO	R\$ 15.293,39
05	ENCARGOS SOCIAIS (FGTS, ISS, INSS, COFINS, CSLL, IRRF e PIS)	R\$ 8.442,10
	SUB. TOTAL	R\$ 36.827,18
06	DIEESE	R\$ 681,67
07	VALE TRANSPORTE (dirigentes + funcionários)	R\$ 2.157,70
08	TELEFONES + CELULAR (Natal/Caicó/Mossoró/Pau dos Ferros)	R\$ 2.696,67
09	ÁGUA	R\$ 47,72
10	ENERGIA	R\$ 894,36
11	FUNDO FIXO CAICÓ	R\$ 1.326,66
12	FUNDO FIXO MOSSORÓ	R\$ 1.906,38
13	FUNDO FIXO PAU DOS FERROS	R\$ 1.467,66
14	FUNDO FIXO SEDE NATAL (DESPESA DE PEQUENO VALOR)	R\$ 1.590,57
15	DESPESA COM REFEIÇÕES DE DIRETORES EM EXPEDIENTE	R\$ 2.137,40
16	DESPESA COM REFEIÇÕES DE FUNCIONÁRIOS EM EXPEDIENTE	R\$ 1.036,00
17	COMBUSTÍVEL (2 CARROS E 1 MOTO)	R\$ 768,48
18	JORNAL DO SINAI	R\$ 980,00
19	MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 485,00
20	MATERIAL DE INFORMÁTICA E MANUTENÇÃO	R\$ 888,00
21	PROVEDOR DE INTERNET E TV A CABO	R\$ 156,20
22	SEGURANÇA ELETRÔNICA	R\$ 393,17
23	MEANSALIDADE INTERSINDICAL (dezembro-14 e janeiro-15)	R\$ 5.411,77
24	RENOVAÇÃO ANUAL DE SEGURO VEICULAR (VOYAGE - SEDE)	R\$ 1.708,87
25	* DESP. C/ MANUTENÇÃO DO SITE DO SINAI	R\$ 200,00
26	* DESP. C/ PAGAMENTO DE COROA DE FLORES	R\$ 180,00
27	* DESP. C/ CONFEC. DE CÁLC. E RECIBOS (RT 25600-35/2008.5.21.0001 - Datanorte)	R\$ 38.270,00
28	* DESP. C/ DIÁRIAS DE VIAGENS E HOSP. EM VISITA À BASE (SERIDÓ E ALTO OESTE)	R\$ 1.494,00
29	* DESP. C/ ATIVIDADES COM A CATEGORIA	R\$ 1.076,84
	TOTAL	R\$ 104.782,30
Receitas.....		R\$ 280.867,79
Despesas.....		R\$ 104.782,30
Saldo do mês.....		R\$ 176.085,49

LEGENDA: * despesa de caráter não-permanente.

JOSÉ NILSON BEZERRA TEREZINHA DE C. R. FILHA ÁUREA GOMES DE MIRANDA
Coordenador Geral Contadora CRC/RN 3.805 Coordenadora Financeira

**Veja o que muda em sua vida
com as MPs 664/665****As medidas endurecem e restringem o acesso a benefícios previdenciários como seguro-desemprego e pensão por morte**

Reduzir os gastos e corrigir distorções. Foram esses os argumentos que o governo federal utilizou ao publicar, no dia 30 de dezembro de 2014, as MPs 664/665. As medidas endurecem e restringem o acesso a benefícios previdenciários como seguro-desemprego e pensão por morte.

A pesa r d a muda na sua vida a partir da luta e mobilização dos aprovação dessas medidas:

trabalhadores e das centrais sindicais, a Câmara dos Deputados aprovou no último dia 6 de maio, num placar de 252 votos a favor e 237 contra, a medida provisória 665. A medida 664 será apreciada em regime de prioridade pelos parlamentares. Ambas ainda vão passar pelo Senado.

Veja abaixo o que

Abono salarial (665)

Quem trabalhava pelo menos um mês durante um ano e recebia até dois salários mínimos tinha direito a um salário mínimo como abono. Agora, o trabalhador precisa estar empregado há seis meses sem interrupção, e o pagamento passa a ser proporcional ao tempo trabalhado.

Seguro-desemprego (665)

O seguro-desemprego também muda. Só poderá ser solicitado pela primeira vez após 12 meses de trabalho. Pela segunda vez, a partir de nove meses e, pela terceira vez, com seis meses de

trabalho.

Auxílio-doença (664)

O auxílio-doença, que era limitado ao teto do INSS, passa a ter como limite a média das últimas 12 contribuições, e as empresas, que arcavam com um custo de 15 dias de salário antes do INSS, passam a pagar os 30 dias antes do INSS.

Pensão por morte (664)

O requerimento de pensão por morte, que não colocava exigências ao dependente, agora, pede tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável e dois anos de contribuição para acesso ao benefício.

Fonte: Revista Rede Brasil Atual

SINAI

Filiado à INTERSINDICAL

Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Indireta do RN

Rua Leonardo Drumond, 1661, Lagoa Nova - Cep: 59075-210
Natal/RN - Fone: (84) 3206-1851 E-mail: sinairn@hotmail.com
Site: www.sinairn.com.br

Administração Indireta: CEASA, DATANORTE, DER, DETRAN, EMATER, EMPARN, FUNDAC, FJA, IDEMA, IPERN, JUCERN, IDIARN, EMPROTUR E CEHAB.
Administração Direta (SAPE, SEARH, SIN, SEPLAN, SETHAS, SEJUC, SEARA, GAC, SEMARH, SEDEC, SETUR)

Coordenação Regional do Médio Oeste
Rua Luiz Ludugero, 0026 - Abolição II - Telefax: (0**84) 3321.1271
CEP: 59.612-150 - Mossoró/RN. E-mail: sinaimossoro@gmail.com

Coordenação Regional do Seridó - Caicó/RN
Rua Augusto Monteiro, 1256 A - Centro - CEP: 59380-000 - Caicó/RN - Fone: (0**84) 3421-2999 E-mail: sinaiserido@hotmail.com

Coordenação Regional do Alto Oeste
Rua da Independência, sala 19, Hertz Center Hotel - Fone: (0**84) 9609-9568
CEP: 59.900-000 E-mail: sinaialtooeste@hotmail.com

Coordenador Geral:
José Nilson Bezerra
Zilza Nunes de Oliveira

Coordenador Secretário:
Santino Arruda Silva
Francisco das Chagas S. de Melo

Coord. Financeiro e Tesouraria:
Áurea Gomes de Miranda

Formação Política:
José Albano da Silveira
Romildo Pompeu de Queiros

Imprensa e Comunicação:
João Alves de Moura
Adriano Cosme Ferreira de Souza

Cultural, Esporte e Lazer:
Gilmar Oliveira Araújo

Adm. Patrimônio e Informática:
Euzamar Mesquita de Figueiredo
Manoel Marques Dantas

Políticas Sociais:
José Nélio de Melo
Ana Maria da Silva Sampaio

Assuntos Jurídicos:
Eliel Elias Bezerra

Mulher Trabalhadora:
Maria Assis da Silva
Lindalva Gonçalves de Melo



Propaganda - Jornalismo - Consultoria

Fone/fax: (84) 3212-2388
E-mail: elequatro@uol.com.br

Jornalista responsável:
Leilton Lima - DRT/RN 579
Gisélia Galvão - DRT/RN 672
Estagiário:
Denor Ramos
Revisão:
Silvaneide Dantas
Diagramação:
Marknilson Barbosa

Dissídios

Governo se nega a negociar as perdas salariais do ano dos trabalhadores da DATANORTE, EMPARN e CEASA

Índice das perdas acumuladas no ano foi de 7,21%

As direções da Companhia de Processamento de Dados do RN - DATANORTE e da Central de Abastecimento do RN - CEASA sequer negociaram as perdas salariais referentes ao período de abril de 2014 a maio de 2015. Apenas a Empresa de Pesquisa Agropecuária - EMPARN, atendeu o pleito da direção do Sindicato, recebendo os diretores em reunião na empresa.

O Sindicato realizou assembleia nas três empresas, onde os trabalhadores aprovaram as pautas de reivindicações, entregues às direções das respectivas empresas.

Feito isso, no dia agendado para a mediação

na Superintendência Regional do Trabalho (antiga DRT), a direção da DATANORTE não compareceu, mandando então dois representantes de cargos comissionados sem nenhum poder de negociação. A CEASA sequer enviou representante. A EMPARN compareceu à Superintendência, garantindo a data-base da categoria. Entretanto, de mãos atadas, pois nem este nem os governos anteriores dão autonomia para os gestores negociarem com

o Sindicato.

Neste particular, como a legislação trabalhista garante aos empregados celetistas a negociação coletiva, não restou outra opção, senão ajuizar o Dissídio Coletivo no Tribunal Regional do Trabalho. Caso contrário, os trabalhadores não teriam nem mesmo a inflação do período.

A assessoria jurídica encaminhou o dissídio coletivo, cobrando as perdas

acumuladas no percentual de 7,21%, relativo ao período de maio/2014 a abril/2015.

ABSURDO

Lamentavelmente, a direção da DATANORTE cometeu mais um absurdo com seus empregados. No julgamento do último dissídio coletivo (2013/2014), em que a Justiça do Trabalho determinou a implantação do reajuste de 5,80%, o Governo autorizou a direção da Empresa a recorrer da decisão no TST - Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. Sabe-se que esse recurso jurídico é meramente protelatório e abusivo.

Este é o retrato do governo Robson Farias.

“No processo de mediação, a direção da DATANORTE não compareceu, e a CEASA sequer enviou representante.”

Após denúncia do SINAI, governo se compromete a pagar PCCR dos trabalhadores da EMATER

Ação tramita desde 2012, e não cabe mais recurso

O governo do estado se comprometeu a pagar o PCCR dos trabalhadores da EMATER agora em maio.

O anúncio foi feito após a assessoria jurídica do Sindicato ter denunciado ao desembargador Expedito

Ferreira, do Tribunal de Justiça do RN, que o Governo havia descumprido a ordem que determinava o pagamento imediato do Plano.

A ação tramita desde 2012 e já passou por todas as instâncias, não cabendo mais recurso.

SINAI promove curso de como falar em público

As inscrições estão abertas, e o número de vagas é limitado a 60 pessoas

O SINAI-RN promove no dia 11 de junho, o curso “Como Falar em Público”.

As inscrições estão abertas, e o número de vagas é limitado a 60 pessoas.

O curso será realizado na Escola de Governo, no Centro Administrativo, a partir das 8h.

Os filiados das regionais do Seridó (Caicó), Médio Oeste (Mossoró) e

Alto Oeste (Pau dos Ferros), que desejam participar, devem procurar suas respectivas coordenações para fazer suas inscrições.

A participação de cada um será confirmada por ordem de inscrições e encaminhada para a sede do SINAI, em Natal.

Mais informações, na sede do SINAI em Natal ou pelos telefones: (84) 3206-1851 / 1861 / 1899.

Terceirização

Entenda o PL 4330

O Projeto de Lei 4330/2004, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PL-GO), tem como objetivo permitir que os empregadores contratem empresas terceirizadas para realizar qualquer atividade de uma determinada corporação. Ou seja, além dos serviços terceirizados, como limpeza e vigilância, com o advento dessa lei os empresários vão poder contratar profissionais terceirizados para realizar, inclusive, a principal atividade da empresa.

Mais que isso, o PL, que já passou na Câmara Federal no último dia 23 de abril e agora segue para o Senado, coloca em xeque os empregos, salários e benefícios dos trabalhadores.

Veja abaixo 9 motivos para lutarmos contra a terceirização:

1

Salários e benefícios devem ser cortados

O salário de trabalhadores terceirizados é 24% menor do que o dos empregados formais, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

No setor bancário, a diferença é ainda maior: eles ganham em média um terço do salário dos contratados. Segundo o Sindicato dos Bancários de São Paulo, eles não têm participação nos lucros, auxílio-creche e jornada de seis horas.

2

Número de empregos pode cair

Terceirizados trabalham, em média, três horas a mais por semana do que contratados diretamente. Com mais gente fazendo jornadas maiores, deve cair o número de vagas em todos os setores.

Se o processo fosse inverso, e os terceirizados passassem a trabalhar o mesmo número de horas que os contratados, seriam criadas 882.959 novas vagas, segundo o Dieese.

3

Risco de acidente deve aumentar

Os terceirizados são os empregados que mais sofrem acidentes. Na Petrobrás, mais de 80% dos mortos em serviço entre 1995 e 2013 eram subcontratados. A segurança é prejudicada, porque companhias de menor porte não têm as mesmas condições tecnológicas e econômicas. Além disso, elas recebem menos cobrança para manter um padrão equivalente ao seu porte.

4

O preconceito no trabalho pode crescer

A maior ocorrência de denúncias de discriminação está em setores onde há mais terceirizados, como os de limpeza e vigilância, segundo relatório da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Com refeitórios, vestiários e uniformes que os diferenciam, incentiva-se a percepção discriminatória de que são trabalhadores de "segunda classe".

5

Negociação com patrão ficará mais difícil

Terceirizados que trabalham em um mesmo local têm patrões diferentes e são representados por sindicatos de setores distintos. Essa divisão afeta a capacidade de eles pressionarem por benefícios. Isolados, terão mais dificuldades de negociar de forma conjunta ou de fazer ações, como greves.

6

Casos de trabalho escravo podem se multiplicar

A mão de obra terceirizada é usada para tentar fugir das responsabilidades trabalhistas. Entre 2010 e 2014, cerca de 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo eram terceirizados, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Casos como esses já acontecem em setores como mineração, confecções e manutenção elétrica.

7

Maus empregadores sairão impunes

Com a nova lei, ficará mais difícil responsabilizar empregadores que desrespeitam os direitos trabalhistas, porque a relação entre a empresa principal e o funcionário terceirizado fica mais distante e difícil de ser comprovada. Em dezembro do último ano, o Tribunal Superior do Trabalho tinha 15.082 processos sobre terceirização na fila para serem julgados, e a perspectiva dos juízes é de que esse número aumente. Isso porque é mais difícil provar a responsabilidade dos empregadores sobre lesões a terceirizados.

8

Haverá mais facilidades para corrupção

Casos de corrupção como o do bicheiro Carlos Cachoeira e do ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda envolviam a terceirização de serviços públicos. Em diversos casos menores, contratos fraudulentos de terceirização também foram usados para desviar dinheiro do Estado. Para o procurador do trabalho Rafael Gomes, a nova lei libera a corrupção nas terceirizações do setor público. A saúde e a educação públicas perdem dinheiro com isso.

9

Estado terá menos arrecadação e mais gastos

Empresas menores pagam menos impostos. Como o trabalho terceirizado transfere funcionários para empresas menores, isso diminuiria a arrecadação do Estado. Ao mesmo tempo, a ampliação da terceirização deve provocar uma sobrecarga adicional ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao INSS. Segundo juízes do TST, isso acontece porque os trabalhadores terceirizados são vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais com mais frequência, o que gera gastos ao setor público.

Internacional

Direção do SINAI-RN integra comitiva da Intersindical durante Encontro Internacional da América Latina

O evento foi realizado entre os dias 27 de abril e 9 de maio, em Cuba

Três membros da direção do SINAI-RN integraram a comitiva da Intersindical que participou do Curso “O Sindicalismo Latino Americano em Luta Pela Unidade”.

O evento foi realizado em Cuba entre os dias 27 de abril e 9 de maio. O SINAI foi representado pelos coordenadores gerais José Nilson, Zilta Nunes e o diretor de assuntos jurídicos, Eliel Bezerra.

As atividades do evento em Cuba, dividiram-se em seminários, visitas aos postos de trabalho, organização dos trabalhadores, além da programação cultural.

Na programação, os temas abordados foram:

1 - O movimento sindical latinoamericano, dinâmica do mundo atual. Os desafios do movimento sindical;

2 - O mercado de trabalho no contexto da crise atual. O papel dos sindicatos;

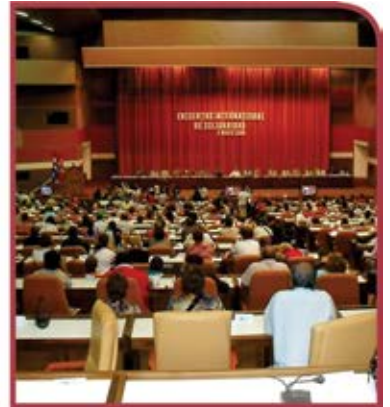
3 - A liderança transformacional no contexto

atual. Os sistemas políticos e a integração da América Latina;

4 - O sindicalismo de que precisamos para os dias atuais.

O evento é promovido anualmente pela CTC (Central de Trabalhadores de Cuba) em parceria com a FSM (Federação Sindical Mundial).

O Brasil foi representado pelas seguintes centrais sindicais: INTERSINDICAL, CTB, CGTB, UGT e CUT. A Intersindical foi a que teve maior representatividade pelo número de delegados.



SINAI ajuizará ação pedindo avaliação de desempenho dos servidores do IPERN

A avaliação de desempenho foi anulada pelo atual presidente do Instituto

Os servidores do IPERN filiados ao SINAI que desejam acionar a justiça para pedir a publicação, homologação e implantação da avaliação de desempenho individual

2013/2014, anuladas pelo atual presidente do Instituto José Marlúcio, devem comparecer à sede do Sindicato, munidos dos seguintes documentos: CPF, RG ou Carteira de

Habilitação, ficha de eventos do cargo (ERGON) emitida pelo setor de recursos humanos, além de um comprovante de residência e contracheque atualizado comprovando a filiação ao

Sindicato.

Os documentos deverão ser entregues na Rua Leonardo Drumond, Nº 1661, Lagoa Nova. (84) 3206-1851/3206-1861/3206-1899.

Mobilização**Intersindical convoca trabalhadores para participar do Dia Nacional de Paralisação e Manifestações Rumo à Greve Geral**

Manifestação está marcada para o dia 29 de maio; trabalhadores protestam contra o PL 4330, as MPs 664/665 e o Ajuste Fiscal

A Intersindical Central da Classe Trabalhadora, em conjunto com outras centrais sindicais e movimentos populares, como o MTST e MST, convoca a classe trabalhadora a parar a produção, os serviços e a circulação de mercadorias, pessoas e capitais no dia 29/05 em defesa dos direitos que estão sendo atacados pela política dos governos federal e estaduais e pela ofensiva da direita, que quer impor uma agenda de retrocessos e retirada de direitos, a exemplo do PL da terceirização, que vai aprofundar a precarização e a barbárie no mundo do trabalho no Brasil.

No setor público e privado, no campo e na cidade, a proposta é cruzar os braços contra o PL 4330 da terceirização, contra as MPs 664 e 665 editadas pelo governo

Dilma e contra o ajuste fiscal, que corta recursos das áreas sociais, como educação e moradia.

Para a Intersindical Central da Classe Trabalhadora, além desses pontos, lutaremos também contra a redução da maioria penal e o genocídio da população pobre e negra, contra o agronegócio que quer abocanhar as terras indígenas e contra a agenda conservadora encabeçada pelo Eduardo Cunha.

Nossa luta é para derrotar as saídas que a direita quer dar para o Brasil e contra a política econômica restritiva do Levy, que pode levar à recessão e ao desemprego.

Em todos os estados e regiões do País, nossa central se articulará com os demais movimentos social e sindical, para juntos construirmos um grande dia de lutas, fortalecendo a resistência social, preparando e construindo, na prática, uma greve geral em defesa

dos direitos da classe trabalhadora.

Combater o ajuste fiscal, exigir a revogação das MPs 664 e 665 e enterrar o PL 4330 – que é o maior ataque aos direitos dos trabalhadores nos últimos 70 anos – além de defender as demais pautas populares dos trabalhadores do campo e da cidade são os desafios de todos os setores combativos, democráticos e progressistas do nosso país.

Fonte: Intersindical – Central da Classe Trabalhadora



SINAI RN participa do Seminário Nacional de Serviço Público da Intersindical

Evento acontece nos dias 15 e 16 de maio, em Campinas/SP

Membros da Direção do SINAI representarão a categoria no Seminário Nacional de Serviço Público da Intersindical.

O Seminário é promovido pela INTERSINDICAL - Central

da Classe Trabalhadora, nos dias 15 e 16 de maio, e será realizado em Campinas/SP.

Os diretores Romildo Pompeu (IPERN), Euzamar mesquita (FJA), Geraldo Lamartine (FUNDAC), Áurea Miranda (IDEMA), João Alves Moura (EMATER)

e Maria Auxiliadora Paz (DETRAN) representarão o Sindicato no Seminário.

Na programação, dentre os temas abordados, teremos:

- As Reformas do Estado nos Governos do PSDB e do PT;
- Terceirização no serviço

público e ADI1923;

- Reforma Tributária e os Serviços Públicos;

- Regulamentação da Saúde e Segurança no Serviço Público;

- Organização da Intersindical no Serviço Público.